

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: ARRAIAS-TO

Neidiele Bispo Cardoso ¹

RESUMO

Este estudo apresenta por objetivo analisar o contexto da Educação em Direitos Humanos no âmbito do ensino superior da Universidade Federal do Tocantins. Nesse sentido, o trabalho contextualiza a efetivação do ensino do ponto de vista histórico e da legislação e posteriormente descreve a realidade dos acadêmicos com parte significativa advindo da região sudeste do estado com o campus localizado na cidade de Arraias- TO. A investigação clarifica uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como estudo de caso, pautado pela pesquisa bibliográfica e documental utilizando também a entrevista estruturada e semiestruturada. Sob esse viés, utilizamos documentos oficiais como base documental para a investigação sendo eles: O plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, A política Nacional de Assistência Estudantil, a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. O referencial teórico, transcorre a discussão acerca da Educação como elemento emancipatório e articulador das vivências na diversidade que constitui as identidades dos sujeitos, também discute a urgência de maior efetivação das políticas públicas educacionais para o ensino superior para permitir o acesso de indivíduos com vulnerabilidade socioeconômica diante das adversidades enfrentadas para manter a sua permanência em adquirir conhecimento. As discussões foram elaboradas a partir das informações selecionadas nos documentos oficiais que compõem o material de estudo. O trabalho possibilitou observar a importância do debate acerca da continuidade dos acadêmicos nesse espaço como um direito dentre muitos que garantem a autonomia e liberdade principalmente diante da comunidade ou local de pertencimento, bem como a necessidade do comprometimento do poder público.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Emancipação, Educação Pública.

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) configura-se como um eixo essencial para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. No contexto do ensino superior, essa temática assume relevância ainda maior, pois a universidade é um espaço de formação crítica, produção de conhecimento e transformação social. Assim, compreender como a Educação em Direitos Humanos se efetiva nas instituições públicas

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, neidiele.cardoso@gmail.com;



é fundamental para avaliar o papel da universidade na promoção da igualdade, da cidadania e da emancipação dos sujeitos. No estado do Tocantins, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) destaca-se como uma das principais instituições responsáveis pela interiorização do ensino superior e pela democratização do acesso à educação. O campus de Arraias, localizado na região sudeste do estado, representa um espaço significativo de inclusão, onde estudantes de diferentes contextos socioculturais buscam formação acadêmica e profissional. Entretanto, as condições de permanência e a efetivação das políticas educacionais voltadas aos Direitos Humanos ainda enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade socioeconômica, às desigualdades regionais e à implementação de políticas públicas eficazes.

A Educação em Direitos Humanos assume a configuração como política pública, no Brasil, com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, em 2003, com uma segunda versão publicada em 2006, que orienta as políticas públicas educacionais voltada para a defesa e a promoção dos direitos em todos os níveis de ensino. Isso propõe que a EDH, seja incorporada às práticas pedagógicas e à gestão educacional, tais processos sócio-históricos contemporâneos, como as diferenças culturais entre os povos e etnias, as consequências das lutas anticoloniais e os deslocamentos, a transformação do mercado de trabalho com as diferenças de gênero, a discriminação racial e a luta de diferentes povos para a reelaboração das suas identidades permeando as diferenças socioeconômicas. Nesse contexto, o processo educativo é um fator socializador necessário para a dignidade da pessoa humana.

O artigo “Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios da educação em direitos humanos” nos convida a refletir sobre como a meritocracia na sociedade contemporânea funciona como uma engrenagem de manutenção na desigualdade sob o discurso de que o sucesso é fruto exclusivo do esforço individual, apagando a complexidade das relações sociais e condições históricas que determina um ponto de partida de cada pessoa. Isso acaba moldando as subjetividades para gerar a aceitação das desigualdades principalmente nas instituições educacionais, causando a perda do sentido coletivo. Tais conceitos foram observados no campus localizado no sudeste do Tocantins para analisar de que forma os princípios da EDH são integrados nas práticas institucionais e vivências acadêmicas considerando os fatores sociais e culturais da comunidade, ao propor uma reflexão sobre a efetivação dos direitos fundamentais no espaço universitário, buscando contribuir para o fortalecimento de uma



educação pública comprometida com a autonomia, a liberdade e a dignidade humana, elementos indispensáveis à formação cidadã e ao desenvolvimento social e econômico de futuros profissionais buscando proporcionar o conhecimento dos direitos defendidos em lei para a permanência dos acadêmicos nesse espaço de aquisição de conhecimento emancipatório.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso desenvolvido no campus da (UFT), localizado no interior do estado tendo com foco na efetivação da educação e a permanência dos acadêmicos mais especificamente para compreender como as políticas e as práticas institucionais contribuem para a promoção da equidade principalmente os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A entrevista estruturada por meio de questionário online e semiestruturada de modo presencial permitiu a articulação das informações com os estudantes advindos de outras regiões como os universitários das comunidades quilombolas e indígenas facilitando a padronização das respostas e a comparação com liberdade de diálogo permitindo uma melhor expressão da coleta de dados por obterem um outro idioma e muitos não terem o entendimento da língua. “A entrevista semiestruturada, por partir de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (Triviños, 1987, p.146).

Partindo da análise dos documentos citados utilizando o método misto com enfoque qualitativo possibilitando uma análise sobre as experiências e percepções dos discentes, da secretaria acadêmica e demais profissionais diante da convivência universitária o procedimento metodológico ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, documental e campo por diferentes espaços da instituição de ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa contém as principais discussões teóricas e a trajetória da mesma ao longo do recorte do tema estudado. Ele serve para situar o leitor



quanto à linha de raciocínio que o autor seguiu na construção de seu artigo. **Poderá vir nesta área ou anexo à introdução.**

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996) documento normativo que tem por objetivo garantir ensino de qualidade a todos os cidadãos assegurando entre outros a valorização da diversidade, estabelece também no art. 2º, que a educação é um dever do estado, da família e da sociedade, para promover o pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania. Nesse seguimento especificamente no ensino superior a LDB no art. 43, define objetivos próprios que visam articular o ensino, pesquisa e extensão com base nessas informações formulamos o questionário de pesquisa para realizar a pesquisa de campo. Em consonância o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI), é um instrumento de planejamento e gestão estratégica da universidade pública ou privada conforme o Ministério da Educação (MEC), se torna obrigatório nas orientações para o ensino superior dentro de um período determinado - geralmente cinco anos essencial para a articulação da missão, valores, objetivos e metas com as políticas sociais inseridas no contexto nacional.

A sua função norteadora permite um alinhamento pedagógico envolvendo o administrativo e o financeiro de forma integrada e coerente com os princípios de acordo com a realidade social em que está inserida contribuindo também para a avaliação institucional evidenciando o compromisso com a educação como agente transformador com a ampliação de acesso às universidades juntamente com as políticas de permanência constituem um dos pilares fundamentais para a democratização do ensino superior no país com a implementação do sistema de cotas os mesmos são instituídos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, com o intuito de garantir as condições de permanência na educação profissional, científica e nas atividades de pesquisa e extensão no âmbito do sistema público de ensino.

Concernente ao que foi abordado as ações afirmativas se torna um fator de grande relevância no Campus do interior do Tocantins, partindo do questionário de pesquisa de campo com a abordagem de 53 discentes advindos da Região Sudeste do estado de



cidades interioranas a maioria se apresentou com idade entre 18 e 35 anos, sendo 43,2% até 25 anos e 39,5% até 35 anos e 12,8% com até 50 anos. As razões para a predominância do público jovem é a gratuidade do ensino pois estão se preparando para o mercado de trabalho e as políticas de acesso e assistência estudantil a diversidade racial no campus é majoritariamente parda de 46,6% em seguida negro com 40,5% e a minoria de 11,8% de brancos e foi encontrado a presença de seis estudantes indígenas o que corresponde uma pequena porcentagem no campus. Destes universitários a maioria são de outras cidades pois a maioria da população não tem conhecimento sobre as políticas afirmativas assim como a acessibilidade que a universidade proporciona na região é evidente que a história de colonização que teve início no século dezessete no período do ciclo do ouro com o refúgio de pessoas escravizadas e quilombos que deram origem ao povoado da “chapada dos negros” logo tornou-se uma cidade.

Outrossim apesar das dificuldades que as mulheres enfrentam para acessar e se manterem nos estudos elas são maioria em 66,6% diferente dos homens que somam em 35,4% e observa-se também que 80,3% se encontram na primeira graduação e 18,5% cursam na faculdade retornando para outra graduação para se desenvolverem no quesito social e econômico buscando o conhecimento para ampliar as possibilidades de atuação, a importância da pesquisa sobre a educação em diferentes regiões expõe as conquistas e implicações podendo observar as disparidades do sistema educacional e enfatizar onde é necessário uma adequação. Contudo a busca pela inclusão e equidade se torna um grande desafio dentre as múltiplas realidades a falta de informação ainda se mostra presente nessas regiões e a contribuição de forma científica valoriza o contexto cultural e as diferentes abordagens para promover o aprimoramento das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a educação em direitos humanos partindo da perspectiva histórico-crítica e decolonial é reconhecer que são conquistas construídas por lutas e resistência dos povos o direito reafirmado representa os enfrentamentos contra as desigualdades e a violência que gera a exclusão de pessoas em diferentes ambientes incluindo o educacional compreender como ocorre essa efetivação sustenta a permanência nesses espaços a partir



dessa concepção é importante fomentar e apoiar diversas formas de organização estudantil para o fortalecimento desses princípios com a realização de debates, encontros, seminários e estratégias de enfrentamento para favorecer que os espaços sejam democráticos e participativos, os debates contemporâneos sobre decolonialidade têm sua importância na convocação para olhar as vozes historicamente silenciadas como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, mulheres e juventudes periféricas reconhecendo neles a potência de uma reconstrução que reverbera na sociedade como um todo para que o Estado se constitua como espaço de acolhimento e justiça.

Portanto a amplitude exige muito mais que legislações e programas precisa de compromisso ético, escuta e sensibilidade requer uma construção coletiva embora existam políticas e instrumentos institucionais importantes como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política Nacional de Assistência Estudantil, ainda há desafios significativos quanto à efetivação plena dessas políticas, sobretudo diante das desigualdades sociais, econômicas e culturais que caracterizam as regiões interioranas do país.

Por fim a formação não pode ser neutra as formas de dominação são resquícios do passado ainda presentes que sustenta um padrão de poder excludente e hierarquizado que nos convida a pensar em práticas pedagógicas comprometida em romper com os fatores que inviabilizam as diferentes culturas reconhecendo as diferentes formas de saber para a formação de sujeitos críticos e capazes de compreender a historicidade através do estudo e a propagação de idéias para a inovação desses espaços de emancipação. Os princípios apresentados no Capítulo IV da LDB destacam que educar, em nível superior, não é apenas preparar para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, formar indivíduos conscientes de seu papel na sociedade, capazes de pensar, criar, investigar e contribuir para o bem comum. A universidade, nesse contexto, assume papel essencial na promoção da pesquisa, da extensão e da disseminação do conhecimento, como instrumentos indispensáveis para o avanço da ciência e para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

AGRADECIMENTOS (Opcional)



TRIVIÑOS, Augusto, Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Atlas**, p.146,1987.

